

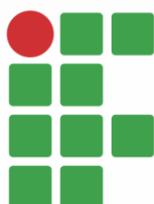


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
EDUCAÇÃO SANITÁRIA E
COMUNICAÇÃO EM DEFESA
AGROPECUÁRIA**

Nova Andradina - MS



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

JANEIRO/ 2020

Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Valores

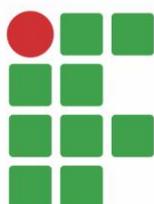
Inovação;

Ética;

Compromisso com o desenvolvimento local e regional;

Transparência;

Compromisso Social.



INSTITUTO FEDERAL

Mato Grosso do Sul



Nome da Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS -
Campus Nova Andradina.

CNPJ: 10.673.078/0002-01

Data de aprovação: Resolução nº 5 de 13 de janeiro de 2020.

Projeto do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa
Agropecuária

Diplomação: Especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária

Carga Horária: 360 horas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 60 horas

Carga horária total: 420 horas



Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Marco Hiroshi Naka

Coordenador de Pós-Graduação

Raphael Gustavo Stafoca

Diretor-Geral do *Campus* de Nova Andradina

Claudio Zarate Sanavria

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* Nova Andradina

Valdineia Garcia da Silva

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação

Ana Carolina Monteiro Motta

Colaboradores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)

Aline Christiane Oliveira Souza

Ana Carolina Monteiro Motta

Edinalva Lopes Brasil

Juliana Lanari de Aragão

Layla Oliveira de Moraes

Luiz Henrique Costa Mota

Márcio Palácios de Carvalho

Paulo Eduardo Ferlini Teixeira

Raphael Gustavo Stafoca

Colaboradores da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO)

Angela Nunes Boni

Filipe Portocarrero Petelinkar

Gelson Sandoval Junior

Gisele Garcia de Souza

Luciano Chiuchetta

Marcia Maria Arakaki Rabelo

Silvia Vollino Libman Luft

Terezinha Clea Signorini Feldens



RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Aprova *ad referendum* o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária do *Campus* Nova Andradina.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS), no uso das atribuições que lhe conferem art. 10, § 1º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o art. 14, X, do Estatuto do IFMS, e

considerando o [Processo nº 23347.018745.2019-28](#)

considerando as discussões na 34ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária do *Campus* Nova Andradina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Elaine Borges Monteiro Cassiano
Presidente do Conselho Superior

Documento assinado eletronicamente por:

- Elaine Borges Monteiro Cassiano, REITOR - CD1 - IFMS, em 13/01/2020 17:30:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 83075

Código de Autenticação: 3a7a12bdb9





Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária

Nova Andradina - MS
2020



Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária

Nova Andradina - MS
2020



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO	11
3.1 PÚBLICO-ALVO	11
3.2 FORMA DE INGRESSO.....	12
3.3 REGIME DE ENSINO	12
3.4 REGIME DE MATRÍCULA	12
4. JUSTIFICATIVA	12
4.1 NÚMERO DE VAGAS A SER OFERTADO	15
4.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	16
4.3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MATO GROSSO DO SUL	17
4.3.1 Características Socioeconômicas do Município de Nova Andradina	18
4.4 INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS	19
4.5 AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL- Iagro	20
5. LOCALIZAÇÃO	22
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	22
6.1 MATRIZ CURRICULAR.....	23
6.2 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA.....	25
6.3 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	26



6.4	ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA	38
6.5	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	41
6.5.1	Artigo Científico	41
6.5.2	Produto Educacional	42
6.6	REPROVAÇÃO E REGIME DE DEPENDÊNCIAS.....	42
6.7	REGIME DOMICILIAR	43
7.	EQUIPE DOCENTE E TÉCNICA DA ESPECIALIZAÇÃO	44
7.1	PESSOAL DOCENTE E UNIDADES CURRICULARES QUE LECIONAM.....	44
7.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA.....	49
7.3	APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO	49
7.3.1	Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (NUGED)	50
7.3.2	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	51
7.3.3	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI).....	51
7.3.4	Central de Relacionamento	52
8.	AVALIAÇÃO.....	52
8.1	AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	52
8.2	AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	53
8.3	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	54
9.	INFRAESTRUTURA	55
9.1	INSTALAÇÕES IAGRO - SEDE	55
9.2	INSTALAÇÕES IFMS - <i>CAMPUS</i> NOVA ANDRADINA	58
10.	FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE DO CURSO	60
10.1	EQUIPE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE	60
11.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	61
12.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DA ESPECIALIZAÇÃO.....	62
13.	CERTIFICAÇÃO	62



REFERÊNCIAS..... 62

1. IDENTIFICAÇÃO

Denominação: Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária.

Modalidade: Presencial.

Duração: 3 módulos editados ofertados conforme edital.

Início do Programa: 2020.

Regime de ensino: Modular.

Regime de matrícula: Por módulos, conforme o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

Certificação conferida: Especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária.

Vagas: Será definido em edital, respeitando máximo de 40 vagas.

Campus: Nova Andradina em parceria com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - Iagro.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Formar especialistas em nível de pós-graduação *lato sensu*, aptos a planejar, gerenciar e desenvolver atividades aplicadas a educação sanitária e comunicação, por meio de uma linguagem simples e acessível a população e aos trabalhadores do campo e proporcionar a participação no processo de Defesa Agropecuária, recorrendo ao uso de diversos recursos didáticos e da tecnologia da informação, de maneira a favorecer a sanidade agropecuária regional e nacional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS



- Proporcionar uma formação humanística que permita ao especialista à compreensão das diferentes formas de ver o mundo, o respeito aos princípios éticos e sustentáveis, com visão crítica e consistente do impacto de sua atuação na sociedade.
- Promover o espírito colaborativo, sensibilidade e liderança nas práticas educativas para facilitar o trabalho no campo das relações interpessoais.
- Capacitar os pós-graduandos para a análise crítica e adequada de situações complexas para tomadas de decisões e uso de estratégias eficientes que promovam o conhecimento na área de Defesa Agropecuária.
- Promover debates que conciliam teoria e prática, possibilitando o enfrentamento de problemáticas atuais a partir da análise de estudos de caso.
- Explorar as novas formas de produzir conhecimento, recorrendo a Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para que o uso pedagógico do recurso tecnológico seja significativo na atuação do especialista.
- Conciliar teoria e prática para aplicar ações pedagógicas que resolvam problemas em contextos que um Especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária se faz necessário.
- Identificar as fragilidades do processo de educação e comunicação sanitária na comunidade rural e atuar como propagadores de orientações específicas para garantia de defesa agropecuária regional e nacional.

3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

3.1 PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a profissionais graduados por cursos de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), que sejam diretamente ligados à atividade agropecuária e possuam interesse em desenvolver e aprimorar as habilidades necessárias na aplicação de saberes científicos da área de Comunicação em Educação Sanitária e Defesa



Agropecuária.

3.2 FORMA DE INGRESSO

O processo seletivo seguirá critérios estabelecidos em edital, a ser publicado no site do IFMS.

3.3 REGIME DE ENSINO

O curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária será desenvolvido em 03 (três) módulos compostos por unidades curriculares que expressam temáticas nas áreas de Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária, relacionadas com o ensino interdisciplinar e contextualizado.

3.4 REGIME DE MATRÍCULA

O regime de matrícula seguirá os dispostos no Regulamento da Organização Didático-Pedagógico dos Cursos de Pós-Graduação do IFMS.

4. JUSTIFICATIVA

O Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários. O comércio nesse setor, em 2017, foi de US\$ 1,16 trilhão, isso representa 8% do total do comércio mundial. As exportações neste mesmo ano foram de US\$ 81,45 bilhões ou 7% do valor total das exportações agropecuárias. Esse valor correspondeu a 37,4% do total das exportações brasileiras, o que colocou o país na terceira posição entre os principais exportadores o mundo, sendo somente ultrapassado pela União Europeia (US\$ 162,46 bilhões) e Estados Unidos (US\$ 153,49 bilhões) e seguido de perto das transações chinesas que foi de US\$ 75,44 bilhões (BRASIL, 2018).

Em relação às exportações do complexo de soja, em 2017, atingiram 38,9% do valor total de produtos agropecuários exportados. Em seguida, os de carnes que chegaram a 19%. Com isso, o Brasil destaca-se no cenário mundial como um dos principais exportadores de soja em grão, açúcar, carne de frango, café, carne bovina *in natura* (em quantidade) e suco de laranja. Além



disso, destaca-se como segundo maior exportador de farelo de soja, terceiro maior exportador de álcool etílico e o quarto maior exportador de carne suína *in natura*. Para acompanhamento de toda essa movimentação, a Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal (CGQV) do Departamento de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV-MAPA) promove e acompanha atividades de fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos vegetais *in natura*, processados ou industrializados seus derivados, são medidas que garantem a qualidade e segurança dos produtos de origem vegetal e seus derivados produzidos no território nacional (BRASIL, 2018).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estima que até 2020 a produção nacional de carnes suprirá 44,5% do mercado mundial. A carne de frango corresponderá a 48,1% das exportações mundiais e a suína será de 14,2%, portanto, há uma tendência que indica de o Brasil se manter como o principal exportador mundial de carnes bovina e de frango (BRASIL, 2018).

No ano de 2017, o país exportou para mais de 180 países, tendo como principais compradores a China, países que compõem o bloco do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o bloco da União Europeia e Estados Unidos. A crescente participação do país no mercado internacional é resultado da combinação de fatores como: o clima propício, o investimento em tecnologia, a sua extensão territorial cultivável e, principalmente, as condições sanitárias de produtos de origem vegetal e do melhoramento progressivo da situação sanitária do seu rebanho animal (BRASIL, 2018).

Diante desse contexto propício a exportações que o país se insere, uma qualificação, em nível de *lato sensu*, em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária contribuirá para o entendimento da produção nacional de carnes e das questões agropecuárias por de novos meios de comunicação e interação que facilitam a transmissão da informação para todos os públicos independentemente do nível de instrução escolar.

Vale a pena frisar que as exigências sanitárias são normas e medidas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, e seguem regulamentações internacionais, que protegem as cadeias produtivas e evitam a contaminação e disseminação de pestes e doenças no território nacional, contribuindo para preservação da saúde humana, imprescindíveis para a proteção da vida animal e vegetal (Brasil, 2018). Dessa forma, é



importante que haja uma Educação Sanitária que observe, analise, compreenda e transmite a informação ao meio rural.

Para que novos e valiosos mercados possam ser prospectados, aumentando a participação mundial do agronegócio brasileiro, é necessária uma mudança qualitativa no *status* sanitário do país para febre aftosa, que poderá ser alcançado com o reconhecimento de país como área livre sem vacinação anti-febre aftosa. Para isso, prepara-se o Plano Estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa – PNEFA, previsto para ser executado no Brasil nos próximos 10 anos (2017 a 2026). O reconhecimento internacional de Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação será coordenado pelo Comitê Gestor do Plano Estratégico Estadual do Programa Estadual de Erradicação e Prevenção de Febre Aftosa no estado de Mato Grosso do Sul - MS.

Como parte das ações, uma importante medida é a mudança do perfil dos servidores e profissionais técnicos envolvidos no processo, para isto, é necessário um cronograma constante de treinamentos e capacitações. Com esta medida, espera-se que todos os profissionais que atuam na área da defesa sanitária animal e vegetal possuam uma visão holística dos diferentes aspectos que constituem a defesa agropecuária e seus desafios.

Em 2008 foi criado o Programa Nacional de Educação Sanitária – PNESA (IN 28 de 15 de maio de 2008), que define e orienta para que todos os Estados da Federação tenham grupos formados para atender as demandas do programa:

Art. 2º O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária tem como objetivo geral promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados.

Parágrafo único. Entende-se por educação sanitária em defesa agropecuária o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionada com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.

Portanto, para atender tanto às exigências do Mapa quanto às medidas para a retirada da vacina, considera-se imprescindível a formação de especialistas para Educação Sanitária e



Comunicação em Agropecuária, visando atender a nova fase que requer habilidade para repassar a informação e desenvolver o pensamento colaborativo do público alvo na permanência do status de área livre sem vacinação.

Uma das medidas é a formação de especialistas para Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária, visando atender a nova fase que requer habilidade para fomentar práticas informativas que propiciem o pensamento colaborativo do público alvo na permanência do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação.

Buscando atender a essa demanda, a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - Iagro - órgão do estado do Mato Grosso do Sul, buscou a parceria do IFMS para que, em conjunto, as duas instituições proporcionem a capacitação desses servidores e profissionais técnicos. Para isso, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 074/2018.

O *campus* Nova Andradina, devido ao seu potencial na área agrícola e vislumbrando a verticalização de um dos seus eixos, assumiu a demanda trazida da comunidade externa, trabalhando na elaboração do PPC e trazendo profissionais docentes de diversas áreas para atuar no curso, conjuntamente com a equipe técnica do Iagro.

Devido às peculiaridades envolvidas, e considerando que o público-alvo inicialmente será constituído dos servidores e profissionais técnicos vinculados à Iagro, o curso será realizado na cidade de Campo Grande, por questão de logística, facilitando assim o deslocamento de docentes e estudantes.

Sendo a missão do IFMS promover a educação profissional e tecnológica de excelência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade, buscando o desenvolvimento local e regional, o curso de Pós- graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária, tem como objetivo a formação generalista fundamentada em sólidos conhecimentos das Ciências Agrárias, Educação e Comunicação, de forma interdisciplinar e contextualizada. Esse direcionamento é apropriado tendo em vista a característica e o perfil educacional do IFMS, além de atender às características regionais e profissionais visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável.

4.1 NÚMERO DE VAGAS A SER OFERTADO



Será definido em edital, respeitando o limite de 40 vagas.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação que fundamenta a Especialização em Educação Sanitária e comunicação em Defesa Agropecuária do IFMS é a seguinte:

- Constituição Federal de 1988: Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto;
- Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018 – Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior;
- Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do IFMS;
- Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do IFMS;
- Regulamento Disciplinar Discente do IFMS;
- Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro, de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do IFMS;
- Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades específicas do IFMS;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



4.3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul é um dos estados da região Centro-Oeste do Brasil, possui uma área de 357.125km², que abrigam 79 municípios e 2.748.033 habitantes segundo estimativa de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O estado faz divisa com o mais populoso centro consumidor e maior parque industrial da América Latina – São Paulo, Paraná e Minas Gerais – e os estados que detêm a maior produção de alimentos no Centro-Oeste. Mato Grosso do Sul é também um dos principais acessos ao Mercosul, fazendo fronteira com Bolívia e Paraguai, além de estar interligado por ferrovias, rodovias e através das hidrovias dos rios Paraná e Paraguai com a Argentina e o Uruguai. O Estado, por estar localizado no coração da América do Sul, é também o principal caminho das rotas bioceânicas, que liga a costa do Atlântico à costa do Pacífico (MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

A infraestrutura e a localização geográfica permitem que o estado atue como centro de redistribuição de produtos para o restante do Centro-Oeste, Norte do país e exterior. No que se refere à exportação o Estado de Mato Grosso do Sul se destaca na venda de açúcar in natura (17,26%), soja (16,96%), carne bovina congelada (10,37%), pastas químicas de madeira à soda ou sulfato (10,34%) e milho (9,99%).

A economia do Estado se baseia na agricultura, na pecuária, na extração mineral e no turismo. A principal área econômica do Estado é a do planalto da bacia do Paraná, com solos florestais e de terra roxa, além de ter os meios de transportes mais eficientes e os mercados consumidores da região sudeste mais próximos. Na produção agropecuária destacam-se as culturas de soja, arroz, café, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim e cana-de-açúcar. O Estado conta ainda com jazidas de ferro, manganês, calcário, mármore e estanho. Uma das maiores jazidas mundiais de ferro é do Maciço do Urucum, situado no município de Corumbá. A principal atividade industrial é a de gêneros alimentícios, seguida de transformação de minerais não metálicos e da industrialização de madeira (MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Sua economia é baseada na produção agropecuária. Possui um rebanho bovino superior a 21 milhões de animais, sendo o terceiro estado em número de animais. Em relação à abates, é o segundo estado no ranking brasileiro, abatendo um número superior à 3 milhões de animais por ano. Para produção pecuária, possui uma área de pastagem de 17 milhões de hectares, distribuídos em mais de 85 mil propriedades rurais (IBGE, 2019).

Em relação à produção agrícola, estado conta ainda com 2.4 milhões de hectares de área



de soja.

A produção agropecuária é fiscalizada pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - Iagro, que tem como uma das funções, executar políticas públicas de educação, saúde, fiscalização e inspeção para fim de promover, manter e recuperar a sanidade animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos por meio da defesa sanitária, do controle, da fiscalização e da inspeção dos produtos e subprodutos de origem agropecuária, da fiscalização dos insumos agropecuários e das atividades de biossegurança, para assegurar a saúde humana.

4.3.1 Características Socioeconômicas do Município de Nova Andradina

O município de Nova Andradina fica localizada na região sudeste de Mato Grosso do Sul, a cerca de 300 quilômetros da Capital do Estado, Campo Grande. O município foi fundado em 20 de dezembro de 1958 e instalado oficialmente no dia 30 de abril do ano seguinte, em 1959, quando se desmembrou da comarca de Rio Brilhante, pertencente até então ao município de Bataguassu (NOVA ANDRADINA, 2019).

Conta com uma área calculada em 4.776,10 km² e encontra-se a uma altitude de 380 metros. Seus principais rios são o Anhandui, Ivinhema, Ribeirões São Bento e Laranjal, Córregos Baile, Papagaio, Bernardo e Samambaia (NOVA ANDRADINA, 2019).

A população está estimada em 51.764 habitantes e conta com mais de 32 mil eleitores. A cidade tem economicamente como destaque principal a criação e abate de bovinos, o que também lhe rendeu o título de capital do boi, pela importância de ser um dos principais pólos pecuários do Brasil. Possui o sétimo maior PIB do Estado e 475º maior PIB brasileiro (NOVA ANDRADINA, 2019).

Na agricultura produz soja, milho, arroz, algodão, feijão, trigo, mandioca, cana de açúcar. Na pecuária se destacam bovinos (436 mil cabeças), bubalinos, suínos, ovinos, equinos, aves (NOVA ANDRADINA, 2019).

Nova Andradina possui um centro de indústrias que se encontra ao sul da cidade às margens da BR-376. Destacam-se 1 frigorífico de grande porte, 1 frigorífico de médio porte, 1 usina de produção de etanol, 1 fábrica de fios de cobre, 1 fecularia, 1 fábrica de móveis e diversas outras de médio e pequeno porte nos mais variados ramos (NOVA ANDRADINA, 2019).

O município possui uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.



4.4 INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) faz parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC). A rede possui ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país e integra: 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

De acordo com a legislação, os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com forte inserção na área de pesquisa aplicada e na extensão. Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar, com estrutura de organização e funcionamento semelhantes.

O projeto de implantação do IFMS teve início em outubro de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.534, que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta lei, foi instituída a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. Em dezembro de 2008, o governo reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 institutos federais pela Lei nº 11.892.

Surge assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, que integrou a escola técnica que seria implantada em Campo Grande e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, que fazia parte do Projeto de Expansão da Rede Federal (Proep) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), mas que nunca chegou a funcionar. As duas unidades a serem implantadas passam a ser denominadas *Campus* Campo Grande e *Campus* Nova Andradina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

O novo projeto da rede federal incluiu ainda a implantação de outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, consolidando o caráter regional de atuação. Para sua implantação, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul contou com a tutoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio das Portarias nº 1.063 e nº 1.069, de 13 de novembro de 2007, do Ministério da Educação, que atribuíram à UTFPR adotar todas as medidas necessárias para o funcionamento do IFMS.



Em fevereiro de 2011, sete unidades do IFMS entraram em funcionamento com a oferta de cursos técnicos em sete municípios. Na terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram implantadas mais três unidades, sendo uma em cada um dos municípios: Dourados, Jardim e Naviraí.

4.5 AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL- Iagro

Criada pelo Decreto-Lei no 9, de 1o de janeiro de 1979, sob a denominação de Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária de Mato Grosso do Sul (Iagro), pela Lei n° 2.152, de 26 de outubro de 2000 recebeu a atual denominação: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro).

A Iagro é uma autarquia, com sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) e por ela supervisionada, nos termos da Lei n° 4.640, de 24 de dezembro de 2014, e suas alterações, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira, e prazo de duração indeterminado, nos termos da lei.

A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal tem por finalidade:

1. Executar políticas públicas de educação, saúde, fiscalização e inspeção para fim de promover, manter e recuperar a sanidade animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos por meio da defesa sanitária, do controle, da fiscalização e da inspeção dos produtos e subprodutos de origem agropecuária, da fiscalização dos insumos agropecuários e das atividades de biossegurança, para assegurar a saúde humana.
2. Cumprir e fazer cumprir as obrigações operacionais delegadas pelo Poder Executivo, de que trata a legislação referente à proteção à saúde dos animais e vegetais e do controle e inspeção de produtos, bens e serviços agropecuários, processos e tecnologias alcançados pelo sistema de atenção à sanidade agropecuária.

É investida de autoridade de defesa agropecuária do Estado de Mato Grosso do Sul, priorizando a promoção, manutenção e recuperação da saúde dos animais e vegetais e dos aspectos qualitativos dos produtos agropecuários deles derivados, em especial aos atributos de inocuidade, com atividades preventivas pela qualidade e pela defesa dos direitos difusos do consumidor, sendo-lhe asseguradas às demais prerrogativas necessárias ao exercício adequado de suas

atribuições de acordo com o Decreto N°. 14.053, de 1º. de outubro de 2014.

A Iagro se faz representar em todos os 79 municípios do estado, sendo a sua organização administrativa constituída de 11 escritórios regionais, conforme figura 1, e uma unidade central, onde está localizada a diretoria da presidência, sua assessoria jurídica e coordenadoria do sistema de gestão de qualidade. As unidades operacionais da IAGRO são constituídas pela Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal (GIDSA), Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal (GIDSV) e Gerência de Laboratórios e Certificação (GLC) sendo que a unidade administrativa é constituída pela Gerência de Administração, Finanças e Planejamento (GAF).

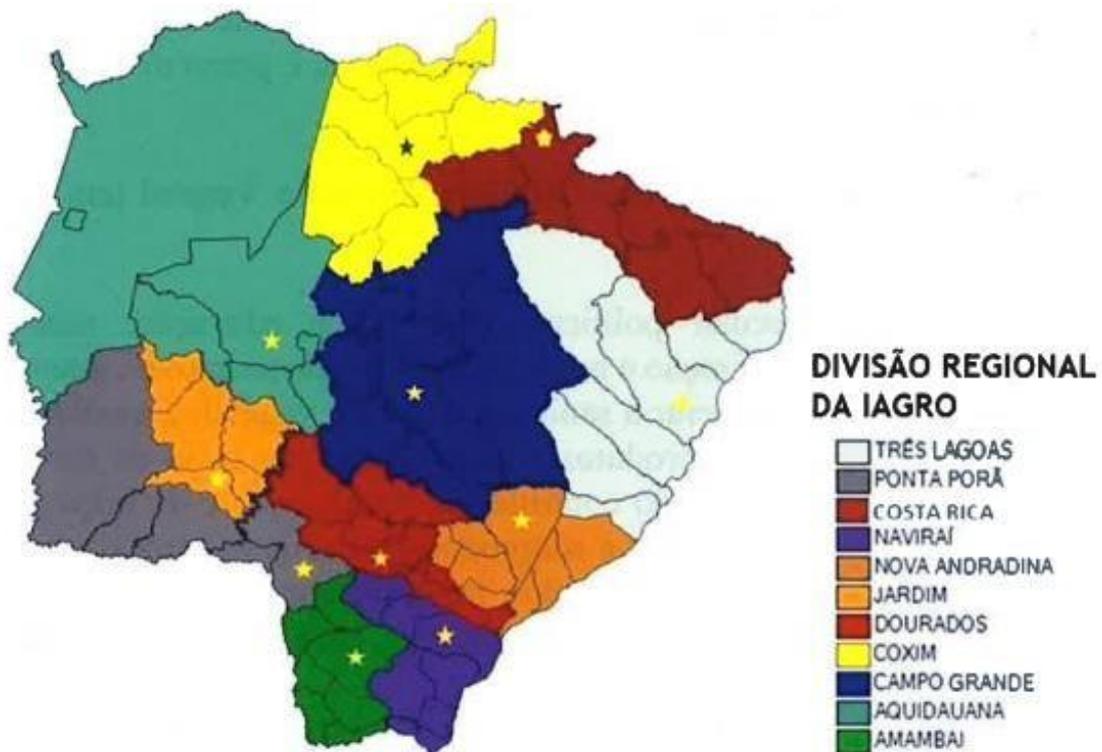


Figura 1: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul representando os 11 escritórios regionais da Iagro.

FONTE: Iagro, 2019.

A Divisão de Epidemiologia e a Divisão de Educação Sanitária são setores da IAGRO transversais a GIDSA e GIDSV, ou seja, permeia por todos os programas que constituem as respectivas divisões. A GIDSV é constituída pelo programa das grandes culturas, programa da fruticultura e horticultura, núcleo de postos de fiscalização, núcleo avançado do CEASA e núcleo de agrotóxicos. A GIDSA coordena e executa os Programas Nacionais de Sanidade Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo que o gerenciamento dos



programas de saúde animal visa fortalecer a defesa agropecuária do país, mediante aplicação de diretrizes de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos animais terrestres e aquáticos.

5. LOCALIZAÇÃO

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária será realizado na sede do Iagro na cidade de Campo Grande - MS e no *campus* de Nova Andradina do IFMS, a seguir, os respectivos endereços.

- A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - Iagro localiza-se na Avenida Senador Filinto Muller, 1146, Bairro Ipiranga. CEP: 79.074-902 – Campo Grande - MS.

- O *Campus* Nova Andradina localiza-se na Rodovia MS, 473, KM 23, Fazenda Santa Bárbara, s/n. CEP: 79750-000. Nova Andradina – MS.

O curso terá a sua disposição os *campi* que integram a rede do IFMS, desde que previsto durante o curso corrente e em acordo com as diretorias de cada *campus* específicos.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária será realizado no auditório "Benes de Campos", na sede central da Agência Estadual de Defesa Sanitária Agropecuária de MS/Iagro, em Campo Grande-MS e no *campus* de Nova Andradina do IFMS, conforme demanda, e prévia organização dos módulos ofertados.

A coordenação local está vinculada, em nível institucional à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propi). O colegiado do curso seguirá o disposto no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do IFMS.

A organização didático-pedagógico do curso prevê que as unidades curriculares (UC) sejam ministradas por módulos. Serão 03 módulos, com 16 UC e cada UC terá 16.5 horas presenciais (equivalente a 70% da carga horária) e 6 horas em educação a distância (equivalente a 30% da carga horária), totalizando 22,5 horas por UC, conforme PORTARIA MEC No 1.428, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.



As UC foram construídas de modo que as aulas sejam concentradas nos encontros presenciais mensais, ou seja cada UC irá iniciar e encerrar em um mesmo mês. As aulas presenciais serão ministradas na sexta feira (manhã e tarde) e no sábado (manhã e tarde), 01 vez ao mês, conforme cronograma definido em edital.

As UC, o Artigo Científico e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) expressam temáticas relevantes para educação sanitária e comunicação em defesa agropecuária e visam à articulação entre teoria e prática, numa perspectiva integradora do conhecimento. A prática da atividade de educação sanitária e comunicação em defesa agropecuária está presente ao longo do curso em situações de problematização e reflexão da realidade da educação sanitária e comunicação em defesa agropecuária, em especial, das experiências produzidas pelos próprios estudantes.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) terá carga horária de 60 horas ao total e será executado desde o primeiro módulo, orientado os pós-graduandos a escolha do tema, sendo obrigatória a utilização da temática de Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária. Para compor o TCC, será necessária uma apresentação de 01 artigo científico e de 01 produto educacional, conforme normas apresentadas no item 6.5.

O prazo para a integralização do curso será de 18 meses, podendo estender-se até o limite máximo de 36 meses. Caso o estudante atinja o prazo máximo de 36 meses sem ter cumprido todas as exigências estabelecidas para a conclusão (ter sido aprovado em todas as unidades curriculares e ter o TCC apresentado e aprovado), perderá o vínculo com o curso.

6.1 MATRIZ CURRICULAR

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) terá carga horária de 60 horas ao total e será executado desde o primeiro módulo, orientando os pós-graduandos a escolha do tema, sendo obrigatória a utilização da temática de Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária. Para compor o TCC, será necessária a apresentação de 01 artigo científico e de 01 produto educacional, conforme normas apresentadas no item 6.5.



MATRIZ CURRICULAR

1° Módulo				2° Módulo				3° Módulo			
ID71A	6	16.5	22.5	ST72A	6	16.5	22.5	CM73A	6	16.5	22.5
Educação Sanitária I				Segurança Alimentar e Vigilância				Tecnologia e Comunicação			
ES71B	6	16.5	22.5	DI72B	6	16.5	22.5	AG73B	6	16.5	22.5
Processo Ensino-aprendizagem				Embasamento Legal da Defesa Agropecuária				Defesa Agropecuária Vegetal			
AG71C	6	16.5	22.5	ES72C	6	16.5	22.5	ZT73C	6	16.5	22.5
Agronegócio e Mercado Internacional				Educação Sanitária II				Defesa Agropecuária Animal			
AG71D	6	16.5	22.5	CM72D	6	16.5	22.5	EN73D	6	16.5	22.5
Epidemiologia				Comunicação Aplicada				Projetos em Educação Sanitária			
CM71E	6	16.5	22.5	ES72E	6	16.5	22.5	CM73E	6	16.5	22.5
Introdução à Comunicação				Metodologia de Pesquisa II				Media Training			
ES71F	6	16.5	22.5								
Metodologia de Pesquisa I											
Total	36	99	135	Total	30	82.5	112.5	Total	30	82.5	112.5

60h

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

LEGENDA

1	2	3	4
5			

- 1 - código da disciplina
2 - carga-horária EaD (h)
3 - carga-horária presencial (h)
4 - carga-horária total (h)
5 - nome da disciplina

- UC área de Metodologia
 UC área de Comunicação
 UC área de Defesa Agropecuária
 UC área de Ensino-aprendizagem



6.2 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Módulo I

Unidade Curricular	CH Total
Educação Sanitária I	22,5
Processo Ensino-Aprendizagem	22,5
Agronegócio e Mercado internacional	22,5
Epidemiologia	22,5
Introdução à comunicação	22,5
Metodologia de Pesquisa I	22,5
Total	135

Módulo II

Unidade Curricular	CH Total
Segurança Alimentar e Vigilância	22,5
Embasamento Legal da Defesa Agropecuária	22,5
Educação Sanitária II	22,5
Comunicação Aplicada	22,5
Metodologia de Pesquisa II	22,5
Total	112,5

Módulo III

Unidade Curricular	CH Total
Tecnologia e Comunicação	22,5



Defesa Agropecuária Vegetal	22,5
Defesa Agropecuária Animal	22,5
Projetos em Educação Sanitária	22,5
<i>Media Training</i>	22,5
Total	112,5

6.3 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Módulo I

Unidade Curricular	Educação Sanitária I
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Concepções históricas da Educação Brasileira aplicadas a práticas Sanitárias. Planejamento e práticas educacionais para setor rural. Noções legais em educação sanitária e defesa agropecuária.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GADOTTI, M. História das Idéias Pedagógicas . 8 ed. São Paulo, SP: Ática, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/pzDH2 . Acesso em: 02 out. 2019. GHIRALDELLI JÚNIOR, P. História da educação brasileira . São Paulo, SP: Cortez, 2006. MOLINA, M. C. (org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão . Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRICEÑO-LÉON, R. Siete tesis sobre la educación sanitaria para la participación comunitaria. Cadernos de Saúde Pública , Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, p.7-30, jan/mar., 1996. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Educação em Saúde: diretrizes . Brasília, DF: Funasa, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v12n1/1594j.pdf Acesso em: 11 nov. 2019. GAVIDIA CATALÁN, V. Salud, educación y calidad de vida: de cómo las concepciones del profesorado inciden en la salud . Santa Fé de Bogotá, Colômbia: Magisterio, 1998. FREIRE, P. Educação e mudanças . 30. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2007. VASCONCELOS, M.; GRILLO, M. J. C.; SOARES, S. M. Módulo 4: práticas pedagógicas em atenção básica à saúde. Tecnologias para abordagem ao indivíduo, família e comunidade . Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Nescon UFMG, 2009. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1704.pdf Acesso em: 11 nov. 2019. LEVY, S. N. <i>et al.</i> Educação em saúde: histórico, conceitos e propostas. [S. l.: s. n.], [2010?]. Disponível em: encurtador.com.br/gjDIP . Acesso em: 13 nov. 2019.	



Unidade Curricular	Processo ensino-aprendizagem
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Relação entre educação, psicologia e sociologia: influência da sociologia e da psicologia na educação. Processo ensino aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BECKER, F. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar . Porto Alegre, RS: Artmed, 2003 Freire, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 43. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011. LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget , Vygotsky , Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem . 2. ed. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária. 2011. PIAGET, J. Para onde vai a educação? 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2002. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes. 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMARAL, V. L. A psicologia e sua importância para a educação . Natal, RN: EDUFRN, 2007. Disponível em: https://url.gratis/R1rlW Acesso em 2 out. 2019. BELTRAN, J. L. Psicologia . Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2003. COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação . Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981. LAYRARGUES, Ph. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da Educação Sanitária e Ambiental? In: REIGOTA, M. (org.). Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão . Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1999. LIBANEO, J. C. Didática . São Paulo, SP: Cortez, 1995. MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo, SP: EPU, 1986. PIAGET, J. Epistemologia genética . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. ROGERS, C. R. Liberdade para aprender . Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1977.	

Unidade Curricular	Agronegócio e Mercado Internacional
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Conceitos gerais. A importância do agronegócio para a dinâmica socioeconômica mundial e	



brasileira. Um panorama das principais cadeias produtivas do agronegócio no Brasil. Pontos negativos da gestão sanitária no Brasil. Normas de certificação de produtos agropecuários. Análise da competitividade do agronegócio nacional e sua inserção no mercado internacional. A importância do *status* sanitário no agronegócio e os acordos comerciais bilaterais e blocos. Restrições sanitárias nos principais mercados importadores do agronegócio brasileiro. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do agronegócio**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. v. 1.
BRUM, A. L.; MULLER, P. K. **Aspectos do agronegócio no Brasil**. Ijuí, RS: Unijuí, 2009.
CALADO, A. A. C. **Agronegócio**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. **Agronegócio no Mercosul**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008. (Agricultura, Instituições e Desenvolvimento).
MENDES, J. T. G.; PADILHA JÚNIOR, J. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo, SP: Prentice Hall Brasil, 2007.
MONTROYA, M. A.; PARRÉ J. L. **O agronegócio brasileiro no final do século XX**: realidade e perspectivas regional e internacional. Passo Fundo, RS: UPF, 2000. v. 2.
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

Unidade Curricular	Epidemiologia
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Estudo dos princípios e conceitos da investigação epidemiológica em doenças infecciosas e não infecciosas. Estudos da distribuição e comportamento dinâmico de doenças em populações e sua implicação para um melhor conhecimento dos fatores de risco, métodos de transmissão, patogênese e prevenção destas doenças. Informação sanitária de doenças animais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C. Fundamentos de epidemiologia . Barueri, SP: Manole, 2005. HORSBURGH JUNIOR, C. R.; MAHON, B. E. Epidemiologia das doenças infecciosas. In: C. ROTHMAN, K. J.; GREENLAND, S.; LASH, T. L. Epidemiologia Moderna . 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. Epidemiologia . 2. ed.	



São Paulo, SP: Atheneu, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W. **Epidemiologia clínica**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

LEON, G. **Epidemiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2004.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: MEDSI, 2003.

THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária**. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2004.

Unidade Curricular	Introdução à Comunicação
Carga horária total: 22,5 horas	
EMENTA Contexto histórico e teorias da comunicação. Função social da comunicação. Ética na comunicação. Estudo das funções da linguagem na comunicação rural. Papel da comunicação na defesa agropecuária.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORDENAVE, J. E. D. O que é Comunicação Rural? São Paulo, SP: Brasiliense, 1983. HOHLFELDT, A.; FRANÇA, V. V.; MARTINO L. C. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. MARTINI JÚNIOR, L. C. A comunicação de riscos na emergência. Revista Saneamento Ambiental , São Paulo, SP, v. 49, n. 98, p. 46-50, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MONTEIRO, S.; VARGAS, E. (org.). Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2006. PLAISANCE, P. L. Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre, RS: Penso, 2011. YANAZE, M. Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.	

Unidade Curricular	Metodologia Científica e de Pesquisa I
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA O Papel da ciência e da tecnologia no meio rural. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura e de análise textual. Estrutura de um artigo científico. Citações e referências bibliográficas Normas da ABNT. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Análise de artigos científicos nas ciências agrárias. Revisão sistemática da literatura.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2010.
- RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica** 6. ed. São Paulo, SP: Prentice Hall Brasil, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica** 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- RUIZ, J. Á. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

Módulo II

Unidade Curricular	Segurança Alimentar e Vigilância
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Papel do estado na segurança alimentar. Características dos alimentos. Perigos e riscos em alimentos. Análise de risco e plano de controle de resíduos do Brasil. Higiene e tecnologia de alimentos. Padrões de identidade e qualidade dos alimentos. Segurança alimentar e barreiras comerciais não-tarifárias. Educação alimentar e políticas em segurança alimentar e nutricional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . 5. ed. São Paulo, SP: Manole, 2015. SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação . 7. ed. São Paulo, SP: Varela, 2014. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-americana da Saúde. Codex Alimentarius: higiene dos alimentos: textos básicos . Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-americana da Saúde. Higiene dos alimentos: textos básicos . Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARZA, E. C. N. R.; BONNOMI, N. P. Segurança alimentar e Organização Mundial do Comércio: análise crítica do acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias. Revista da Faculdade de Direito da UFG , Goiânia, GO, v. 41, n. 2, p. 196-218, maio/ago.,	



2017, 2017. Disponível em: <https://url.gratis/g2F2t> Acesso em: 02 out. 2019.
CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2009. Disponível em: <https://url.gratis/YMGpU> Acesso em: 02 out. 2019.
MARTINS, M. M. V.; SILVA, O. M.; SANTOS, M. O. Preocupações comerciais específicas nos países da América Latina: avaliação das medidas sanitárias e fitossanitárias sobre as exportações agrícolas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 49, n. 3, p. 11-22, jul./set., 2018. Disponível em: <https://url.gratis/GSIYT> Acesso em: 02 out. 2019.

Unidade Curricular	Educação Sanitária II
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Práticas inter e transversais em educação sanitária e ambiental. Papel do especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária com o advento da retirada da vacina da febre aftosa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALVES FILHO, J. P. Regras da Transposição Didática aplicadas ao Laboratório Didático. Caderno Catarinense de Ensino de Física , Florianópolis, SC, v. 17, n. 2, p. 44-58, ago. 2000. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . São Paulo, SP: Cortez, 2011. FAZENDA, I. (org.). Interdisciplinaridade . São Paulo, SP: Cortez, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e a suas regras . 10. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2005. MEDINA, N. M. Formação de Multiplicadores para Educação Sanitária e Ambiental. In.: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Sanitária e Ambiental , Rio Grande-RS, v. 1, 16 p., out.-dez, 1999. TOZONI-REIS, M. F. C. A contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar . [201-?]. Disponível em: https://url.gratis/Sx3EK Acesso em: 02 out. 2019. TAMBELLINI, A. T. Desafios teóricos na relação produção, ambiente e saúde. In: PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (org.). Problemas ambientais e vulnerabilidade: abordagens integradoras para o campo da Saúde Pública . Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2002.	



Unidade Curricular	Comunicação Aplicada
Carga horária total: 22,5 horas	
EMENTA Relação entre geração de conteúdo, público-alvo e meios de comunicação. Especificidades das linguagens aplicadas aos meios de comunicação impresso, audiovisual e digital. Produtos para comunicação relacionados à área animal e vegetal: produção e divulgação. Aplicação do gênero textual propaganda na educação sanitária e defesa agropecuária.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA YANAZE, M. Gestão de Marketing e Comunicação: avanços e aplicações . São Paulo, SP: Saraiva, 2011. BUENO, W. C. Estratégias de Comunicação Nas Mídias Sociais . Barueri, SP: Manole, 2015. (Série Comunicação Empresarial). PASSADORI, R.; ASSAD, N. Media training : como construir uma comunicação eficaz com a imprensa e a sociedade. São Paulo, SP: Gente, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR D'ANCONA, M. Pós-Verdade : a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.	

Unidade Curricular	Metodologia Científica e Pesquisa II
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA O Pesquisador e a Comunicação Científica. A Pesquisa e suas Classificações. Métodos Científicos. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Planejamento experimental e coleta de dados para pesquisas em ciências agrárias. Apresentação gráfica e oral de resultados de pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. PINHEIRO, J. M. S. Da iniciação científica ao TCC : uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2010. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica 6. ed. São Paulo, SP: Prentice Hall Brasil, 2007. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. RUIZ, J. Á. Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.	



Unidade Curricular	Embasamento Legal da Defesa Agropecuária
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Introdução à legislação agropecuária brasileira; Direito Administrativos. Definições: leis, portarias, decretos, instruções, serviços e normativas. Legislação Sanitária Animal e Vegetal. Trâmites do auto de infração no âmbito da Iagro. Proteção fitossanitária brasileira, Biossegurança de organismos vivos modificados, barreiras técnicas ao comércio internacional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA JÚNIOR, D. Direito Administrativo . 2. ed. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2003. MAZZA, A. Direito Administrativo . 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. MELLO, C. A. B. Curso de Direito Administrativo . 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FURTADO, L. R. Curso de Direito Administrativo . 5. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro . 36. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. NOHARA, I. P. Direito Administrativo . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. RUSSO, L. Direito constitucional . 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.	

Unidade Curricular	Embasamento Legal da Defesa Agropecuária
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Introdução à legislação agropecuária brasileira; Direito Administrativos. Definições: leis, portarias, decretos, instruções, serviços e normativas. Legislação Sanitária Animal e Vegetal. Trâmites do auto de infração no âmbito da Iagro. Proteção fitossanitária brasileira, Biossegurança de organismos vivos modificados, barreiras técnicas ao comércio internacional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA JÚNIOR, D. Direito Administrativo . 2. ed. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2003. MAZZA, A. Direito Administrativo . 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. MELLO, C. A. B. Curso de Direito Administrativo . 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FURTADO, L. R. Curso de Direito Administrativo . 5. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro . 36. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. NOHARA, I. P. Direito Administrativo . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. RUSSO, L. Direito constitucional . 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.	



Módulo III

Unidade Curricular	<i>Media Training</i>
Carga horária total: 22,5 horas	
EMENTA Conceitos de Media Training. Papel e responsabilidade do porta-voz. Funcionamento dos meios de comunicação social. Profissionais da área de Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária como fonte da imprensa: fortalecimento da imagem; Mídias sociais. Gerenciamento de crises. Gerenciamento das notícias falsas (fake news) no contexto da defesa agropecuária Oficina de Simulações.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA YANAZE, M. Gestão de Marketing e Comunicação: avanços e aplicações. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. BUENO, W. C. Estratégias de Comunicação Nas Mídias Sociais. Barueri, SP: Manole, 2015. (Série Comunicação Empresarial). PASSADORI, R.; ASSAD, N. Media training: como construir uma comunicação eficaz com a imprensa e a sociedade. São Paulo, SP: Gente, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR D'ANCONA, M. Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.	

Unidade Curricular	Defesa Sanitária Vegetal
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Conceito, histórico e importância da defesa sanitária vegetal no Brasil. Órgãos nacionais e internacionais relacionados à defesa sanitária vegetal. Pragas de alerta máximo. Biologia, disseminação e adaptação de pragas invasoras. Epidemiologia aplicada à defesa sanitária vegetal. Programas e medidas de contenção, erradicação e manejo das populações invasoras no Brasil. Análise de risco de espécies invasoras exóticas. Desafios e perspectivas para a defesa sanitária vegetal no Brasil.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Defesa agropecuária: histórico, ações e perspectivas. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: MAPA, 2018. VILELA, E. F.; CALLEGARO. G. M. Elementos de defesa agropecuária: sistema normativo, invasões biológicas, comunicação, história, risco e segurança dos alimentos, conformidade e rastreabilidade. Piracicaba, SP: FEALQ, 2013. VILELA, E. F.; ZUCCHI, R. A. Pragas introduzidas no Brasil: insetos e ácaros. Piracicaba,	



SP: FEALQ, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORIM, L.; BERGAMIN FILHO, A.; REZENDE, J. A. M. (ed.). **Manual de Fitopatologia: princípios e conceitos**. 5 ed. São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 2018. v. 1.

BUZZI, Z. J. **Entomologia didática**. 6. ed. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2013.

GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. **Insetos: fundamentos da entomologia**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Roca, 2017.

LORENZI, H. (coord.). **Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional**. 7. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2014.

RAFAEL, J. A. *et al.* (ed.). **Insetos do Brasil: diversidade e taxonomia**. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2012.

ZAMBOLIM, L.; JESUS JUNIOR, W. C.; RODRIGUES, F. A. (ed.). **O essencial da fitopatologia: controle de doenças de plantas**. Viçosa, MG: UFV, 2014.

Unidade Curricular	Defesa Sanitária Animal
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Conceito, histórico e importância da defesa sanitária animal. Interação homem-animal- ambiente e suas consequências para a saúde coletiva. Órgãos nacionais e internacionais relacionados à defesa sanitária animal. Doenças exóticas, emergentes e reemergentes. Doenças listadas pela Organização Internacional de Saúde Animal. Zoonoses de notificação obrigatória. Programas e medidas de contenção e erradicação de doenças em animais no Brasil. Defesa Sanitária Animal nas fronteiras e aeroportos internacionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Defesa agropecuária: histórico, ações e perspectivas . Brasília, DF: MAPA, 2018.	
CAMPOS, A. C.; PAULA, N. A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90. Indicadores Econômicos FEE , Porto Alegre, RS, v. 20, n. 4, p. 177-199, fev., 2002.	
MAPA. Defesa agropecuária: histórico, ações e perspectivas . Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: MAPA, 2018. 298p.	
BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Plano de Defesa Agropecuária . Brasília, DF: MAPA, 2016.	
VILELA, E. F.; CALLEGARO, G. M. Elementos de defesa agropecuária: sistema normativo, invasões biológicas, comunicação, história, risco e segurança dos alimentos, conformidade e rastreabilidade . Piracicaba, SP: FEALQ, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Acuerdo sobre La aplicación de medidas sanitarias y fitosanitarias . Genebra-Suíça: OMC, 1994.	



BRASIL. Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934. Aprova o Regulamento de Defesa Vegetal. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, 1934. Disponível em: <https://url.gratis/paOiC>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934. Regulamenta o Serviço de Defesa Sanitária Animal. **Coleção de Leis do Brasil**: Rio de Janeiro, RJ, 1934. Disponível em: <https://url.gratis/72cmX> Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Defesa Agropecuária. Portaria nº 297, de 22 de junho de 1998. Cria o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional-VIGIAGRO. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 117, p. 98, 23 jun. 1998. Disponível em: <https://url.gratis/yVytg>. Acesso em: 13 nov. 2019.

COSTA, B. S. *et al.* **História e evolução da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no Brasil**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2015. (Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia nº 77).

SPISSO, B. F.; NÓBREGA, A. W.; MARQUES, M. A. S. Resíduos e contaminantes químicos em alimentos de origem animal no Brasil: histórico, legislação e atuação da vigilância sanitária e demais sistemas regulatórios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 6, p. 2091-2106, dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Sistema de prevenção e de resposta contra pragas e doenças transfronteiriças da fauna e das plantas**. [201-?]. Disponível em: <https://url.gratis/uSSMz> Acesso em: 10 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Codex Alimentarius**: normas internacionais de los alimentos. Disponível em: <https://url.gratis/PFE6L> . Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. **Negociações sanitárias e fitossanitárias**. Disponível em: <https://url.gratis/JU0tY>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Acordos da OMC**. Disponível em: <https://url.gratis/lbVI4>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Unidade Curricular	Projetos de Educação Sanitária
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Organização, planejamento e execução de projetos de educação sanitária na defesa agropecuária. Orientação de campanhas educativas e projetos de educação sanitária em consonância com os programas oficiais nas áreas animal e vegetal. Capacitação técnica no meio rural. Orientação à comunidade rural e conscientização dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

VALERIANO, D. L. **Gerenciamento estratégico e administração de projetos**. São Paulo, SP: Makron Books, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo, SP: Loyola, 2001.

Unidade Curricular	Tecnologia e Comunicação
Carga Horária Total: 22,5 horas	
EMENTA Estudo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); produção de infográficos e outros recursos visuais na transmissão do conhecimento. Escrita, leitura e tecnologia na educação sanitária e defesa agropecuária. Uso de softwares como produtos didáticos pedagógicos da tecnologia da informação e comunicação no contexto da educação sanitária e defesa agropecuária. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Recursos áudio visuais e da web no contexto da educação sanitária e defesa agropecuária.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GUIMARÃES, T. C. Comunicação e linguagem . São Paulo, SP: Pearson, 2012. MARLETH, S. Técnicas de redação e edição na imprensa . Curitiba, PR: Intersaberes, 2017. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância . 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSCARELLI, C. V. (org.). Tecnologias para aprender . São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2016. MORAN, J. M. A educação que desejamos . 5. ed. São Paulo, SP: Papyrus, 2012. MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 21. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. RIBEIRO, A. E. Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação . São Paulo, SP: Parábola, 2018. SANCHO, J. M. Tecnologias da informação e comunicação a recursos educativos. In: SANCHO, J. M. <i>et al.</i> Tecnologias para transformar a educação . Porto Alegre, RS: ARTMED, 2006. p. 15-41. KENSKI, V. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . Campinas, SP: Papyrus, 2007.	



6.4 ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

O IFMS, embasado no princípio de que “a educação é um processo de vida”, propõe metodologias de ensino compatíveis ao cotidiano do aluno possibilitando questionamentos das práticas realizadas, embasando-se no conteúdo teórico e nas reflexões sobre a prática. Dessa forma a compreensão de novas situações torna-se possível, capacitando os estudantes a resolver problemas antigos e novos, tomar decisões, ter autonomia intelectual, comunicar ideias em um contexto de respeito às regras de convivência democrática.

A referida metodologia de ensino está apoiada na utilização de múltiplos meios e nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o alcance dos objetivos educacionais propostos. Cada multimídia tem sua especificidade e pode contribuir para se atingir determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade e atender à diversidade e heterogeneidade do público-alvo. É necessário, portanto, lançar mão de alguns procedimentos para que o estudante tenha as condições adequadas para ser inserido no contexto educacional, tais como: organização clara da proposta da disciplina em um plano de ensino, com objetivos, estratégias de ensino, recursos a serem utilizados, propostas de acompanhamento e verificação da aprendizagem, com previsões de datas e outros itens, conforme orienta regulamento didático-pedagógico institucional; utilização das tecnologias de informação e educacionais que tenham relação com a proposta do curso e que viabilizem o pleno êxito do processo de ensino e aprendizagem; vivência no ambiente e mundo do trabalho para o qual o aluno está sendo formado através de visitas técnicas, palestras e envolvimento na elaboração e

desenvolvimento de projetos e demais possibilidades que as parcerias entre o IFMS com outras instituições oportunizarem.

Para cumprir a carga horária do curso, o estudante precisará participar dos encontros presenciais (em local a ser definido conforme em edital), que ocorrerão com 1 (um) encontro mensal, com duração proporcional a carga horária da disciplina. Além disso, será reservado um percentual de até 30% da carga horária de cada disciplina para ser ministrada a distância, em que o estudante deverá realizar estudos e atividades previstos no material de cada unidade curricular, disponibilizado no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), da plataforma Moodle, visando garantir o desenvolvimento das qualificações preconizadas na proposta de formação na área.

No AVEA, o estudante terá acesso ao conteúdo produzido pelo professor da unidade



curricular, sendo este também formador e mediador, que irá auxiliá-lo durante o desenvolvimento das unidades curriculares, com o acompanhamento das atividades e materiais para estudos disponibilizados no AVEA, entre outros recursos disponíveis.

Durante os encontros presenciais, as aulas ocorrerão sob a orientação do professor da disciplina que poderá ser composta por mais de 01 professor (professor do Iagro, professor do IFMS, profissionais credenciados a pós-graduação) permitindo assim a troca de experiência dos distintos segmentos profissionais (campo e sala de aula), compondo assim o perfil esperado do egresso. Todos os professores terão qualificação profissional na área, e seguirá a proposta do plano de ensino para aulas, de modo a integrar teoria e prática, orientado pelo uso de metodologias ativas.

Nos momentos a distância, os estudantes realizarão estudos individuais sobre os assuntos específicos e as atividades pedagógicas previstas para cada área de conhecimento de acordo com o cronograma disponibilizado.

O curso disponibilizará diferentes formas de comunicação entre estudantes e professores ao longo do processo. Para o desenvolvimento das aulas a distância será utilizada a plataforma *Moodle* como Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), permitindo a integração dos conteúdos disponibilizados, abarcando as seguintes ferramentas:

Fórum de Discussão: ferramenta do AVEA que propiciará a interatividade entre estudante-estudante e estudante e professores, oferecendo mais condições aos participantes para se conhecerem, trocar experiências e debaterem temas pertinentes. Neste espaço, os estudantes poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos colegas com o intuito de aprofundar a reflexão e afinação do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como à construção do conhecimento.

Bate-papo (*chat*): este recurso possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do curso, pretende-se realizar reuniões virtuais por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Neste instante, além de esclarecer as dúvidas, caberá aos professores levar os estudantes a diferentes formas de reflexão.

Material Complementar: textos que o aluno pode consultar para complementar o conteúdo estudado, podendo ser: artigos, revistas, filmes, websites e outros.



- **Mensagens:** Recurso indicado para a circulação de mensagens privadas, definição de cronogramas e transmissão de arquivos anexados e mensagens.

- **Cronograma do Curso:** todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção da plataforma do curso. Este recurso contribui para que o estudante possa manter-se em sintonia com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes.

- **Videoaula:** possibilita ao estudante visualizar o conteúdo em audiovisual, seja por uma aula de um professor, depoimento de um profissional da área ou ainda uma demonstração de técnica. A videoaula permite um enriquecimento do conteúdo do curso.

Além dos mecanismos de comunicação descritos acima, os professores poderão utilizar quaisquer outras ferramentas disponíveis e que tenham competência técnica para seu uso. Utilizarão também os recursos existentes nos polos e nos *campi* do IFMS, bem como da instituição parceira (Iagro).

Entre os materiais pedagógicos disponíveis, destacam-se:

- Apostilas didáticas e E-books em PDF, disponibilizadas via plataforma *Moodle*;
- Articulação e complementaridade dos materiais didáticos, materiais audiovisuais ou materiais para Internet (*Web*);
- AVEA - *Moodle*;
- Materiais educacionais complementares disponibilizados na plataforma.

Os materiais didáticos devem traduzir os objetivos do curso, abordar os conteúdos expressos nas ementas e levar os estudantes a alcançarem os resultados esperados em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes.

As atividades de tutoria serão desenvolvidas pelos docentes de cada unidade curricular, buscando proporcionar o melhor aproveitamento das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação pelos educandos, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.



6.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente obrigatório dos cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). O TCC consiste em um estudo científico, pertinente à área de conhecimento do curso, a ser apresentado sob a forma de 01 artigo científico e 01 produto ou processo de educação sanitária (produto educacional). O TCC deverá ser desenvolvido e apresentado individualmente, orientado por um professor vinculado ao curso.

A apresentação do trabalho à Banca Examinadora deverá ser pública e presencial. A Banca Examinadora será composta por 3 (três) docentes titulares e 1 (um) suplente, da mesma área do curso ou afins.

No decorrer do curso serão realizados estudos investigativos acerca da educação, comunicação e defesa agropecuária. Estes estudos visam promover reflexões sobre problemas da educação sanitária e comunicação relacionados ao planejamento, estratégias, processos, marketing e produção de projetos de educação sanitária e comunicação em defesa agropecuária. As unidades curriculares darão suporte para que os estudantes tenham as ferramentas necessárias para propor melhorias nas ações da defesa agropecuária mediante o desenvolvimento de projetos em educação sanitária e comunicação, com embasamento teórico e prático.

O TCC dessa especialização seguirá as orientações constantes no Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do IFMS.

6.5.1 Artigo Científico

Como parte integrante do TCC deverá ser apresentado um artigo científico completo, contemplando como parâmetros uma pesquisa de revisão bibliográfica acerca de um tema da área ou uma pesquisa com obtenção e análise de dados, segundo critérios de metodologia científica, escrito conforme normas de uma revista indexada com qualis nas áreas de educação, comunicação ou ciências agrárias, devendo incluir anexado ao final do artigo as normas da revista utilizada.

O artigo científico deverá apresentar em sua estrutura os seguintes elementos essenciais:

1º. Elementos introdutórios, nos quais o aluno deve dissertar a respeito da temática de seu trabalho, incluindo o objeto a ser pesquisado e quais problemas/perguntas/hipóteses norteiam



sua pesquisa;

2º. Os objetivos da pesquisa e como esses se articulam com a temática do trabalho; e sua justificativa, ou seja, quais razões ou motivações levaram o autor a construir a pesquisa e sua importância na área de estudo específica;

3º. A metodologia do trabalho define procedimento para a realização da pesquisa, objetivando visualizar qual é a metodologia pretendida para dar conta dos objetivos propostos;

4º. Os resultados e discussão, o estudante abordará resultados encontrados na pesquisa, e discutirá com trabalhos científicos relevantes e atuais publicados na área;

5º. A conclusão, o estudante finaliza sua pesquisa, emitindo seu ponto de vista conforme sua formação acadêmica, contribuindo para a evolução da ciência;

6º. As Referências Bibliográficas para a sua escrita; sendo todos os elementos apresentados conforme as normas da revista escolhida.

6.5.2 Produto Educacional

O produto ou processo de educação sanitária fará a relação entre teoria e prática, sendo constituído de temas e conteúdos diferenciados em relação aos nichos populacionais trabalhados, elaborado no módulo Projetos em Educação Sanitária.

O Produto Educacional deverá ser um objeto de aprendizagem (por ex. pequeno livro, manual de atividades, sequência didática, software, vídeo educacional, jogo educativo, etc.) e deve ser desenvolvido com base no trabalho de pesquisa científica que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional na área de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

6.6 REPROVAÇÃO E REGIME DE DEPENDÊNCIAS

Será considerado reprovado na unidade curricular, o estudante que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) e ou não possuir frequência mínima de 75% da carga horária da unidade curricular. O regime de dependência se aplica ao estudante que for reprovado por nota ou por falta, devendo cursar a unidade curricular novamente.

Aos estudantes reprovados por nota, que obtiverem média mínima igual ou superior a 4,0 (quatro), e com frequência igual ou superior a 75% da carga horária da unidade curricular, poderá ser aplicado o Regime Especial de Dependência - RED. O estudante não poderá solicitar



matrícula em RED em unidade curricular que tiver reprovado mais de uma vez.

Caberá ao docente da unidade curricular, considerando as suas características e o processo de avaliação previsto em seu Plano de Ensino, decidir (ou emitir parecer sobre) a viabilidade da aplicação do RED, conforme orientação do Colegiado do Curso.

O regime especial de dependência consiste no desenvolvimento das atividades avaliativas pelo estudante reprovado de acordo com cronograma estabelecido pelo(a) docente da unidade curricular, não sendo obrigatória a frequência nas aulas.

Os estudantes reprovados por falta, não terão direito ao regime especial de dependência, necessitando matricular-se novamente nas unidades curriculares e frequentar regularmente a unidade curricular em que foi reprovado.

O oferecimento das unidades curriculares que possuem estudantes com dependência está condicionada à nova oferta do curso.

Será desligado do curso o estudante que for reprovado em todas as unidades curriculares presentes no primeiro módulo.

6.7 REGIME DOMICILIAR

O Regime de Exercício Domiciliar é uma condição legal dada ao estudante pelo Decreto-Lei nº 1.044/69, no caso de situações de saúde, e pela Lei nº 6.202/75, no caso de licença maternidade.

O Regime de Exercício Domiciliar - RD é a atividade acadêmica executada pelo estudante, regularmente matriculado, em domicílio ou ambiente hospitalar, como compensação de ausência às aulas, com acompanhamento por parte do IFMS.

São condições necessárias para que o estudante seja submetido ao Regime de Exercício Domiciliar:

I - apresentação de requerimento padrão, disponível na Central de Relacionamento

- Cerel, preenchido pelo estudante ou responsável, e protocolizado na Cerel no prazo máximo de até 5(cinco) dias úteis contados a partir do início da data do afastamento; e

II - atestado médico, em via original, com especificação acerca da natureza do impedimento, conforme situações previstas no art. 5º, alíneas a ou b, devendo constar o período



de afastamento, especificando o início e o término provável, além do código da Classificação Internacional de Doenças (CID), quando pertinente; e

III - existência de compatibilidade entre a natureza das disciplinas envolvidas e a aplicação deste regime.

No caso de a unidade curricular não ser compatível com o Regime de Exercício Domiciliar, segundo parecer do docente responsável pela unidade, será assegurado ao estudante em questão o cancelamento desta, bem como sua matrícula em semestre posterior.

Não serão aceitas solicitações fora do prazo ou com documentação incompleta, salvo em casos excepcionais, que serão analisados pela Direção de Ensino do *campus*.

Caso o período de afastamento previsto no atestado seja ampliado pelo profissional de saúde competente, o estudante/representante deverá apresentar um novo atestado, antes do término do período previsto inicialmente, com a informação sobre o novo término provável do afastamento.

Não será concedido o Regime de Exercício Domiciliar para conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

É vedado ao estudante em Regime de Exercício Domiciliar voltar às atividades escolares sem que o pedido de suspensão tratado no item II tenha sido deferido.

O estudante que não obtiver aproveitamento em pelo menos 75% das atividades definidas pelos docentes terá seu Regime de Exercício Domiciliar cancelado e, conseqüentemente, a compensação de ausências prevista será desconsiderada.

Será assegurado ao estudante, caso seja necessário, visita domiciliar de servidor do IFMS para o amparo durante o período de Regime de Exercício Domiciliar com o objetivo de verificar a viabilidade da realização das atividades propostas durante este período.

7. EQUIPE DOCENTE E TÉCNICA DA ESPECIALIZAÇÃO

7.1 PESSOAL DOCENTE E UNIDADES CURRICULARES QUE LECIONAM

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 01/2018, que estabelece as diretrizes para a oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, no seu artigo 7º, inciso II, no Projeto Político Pedagógico do Curso deve constar o Corpo



Docente qualificado. A Especialização em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária conta, com docentes/colaboradores do *Campus* Nova Andradina e Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, conforme descrição a seguir:

UNIDADES CURRICULARES	DOCENTE	FORMAÇÃO
Educação Sanitária I	Terezinha Cléa Signorini Feldens (Iagro)	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004) e Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009).
Processo Ensino-aprendizagem	Terezinha Cléa Signorini Feldens (Iagro)	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004) e Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009).
	Azenaide Abreu Soares Vieira (IFMS)	Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (FIFASUL, 1998); Mestrado em Educação (UCDB, 2007); Doutorado (UNESP, 2012) e Pós-doutorado (UFMG, 2013) e em Estudos Linguísticos.
Agronegócio e Mercado Internacional	Thiago Castilho Clemente (IFMS)	Possui Graduação em Administração pelo Centro de Ensino Superior de Dracena (2001). Pós-Graduação <i>lato sensu</i> MBA em Gestão Estratégico de Marketing e Negócios pelo Centro de Ensino Superior de Dracena (2003). Mestrado em Agroenergia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2017).
	Paulo Eduardo Ferlini Teixeira (IFMS)	Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007), Especialização em Orientação Pedagógica à Distância pela UFMS (2009) e Mestrado em Administração (2008), área de concentração Agronegócio, pela UFMS (2010); Doutorado em Ciências pelo IOC/FIOCRUZ (2018).



Epidemiologia	Jorge Granja de Oliveira Júnior (Iagro)	Possui Graduação em Medicina Veterinária (2001) e Mestrado em Ciências (2004) com ênfase em medicina veterinária preventiva pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutorado (2018) em Ciência Animal pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Introdução à Comunicação	Márcio Palácios de Carvalho (IFMS)	Possui licenciatura em Letras - habilitação em Português / Espanhol (2010) pela UEMS; Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (2018) pela UFMS e Mestrado em Letras (2013) pela UEMS.
	Juliana Lanari de Aragão (IFMS)	Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998). Especialização em Teorias e Práticas Contemporâneas do Jornalismo (2008).
Metodologia de Pesquisa I	Azenaide Abreu Soares Vieira (IFMS)	Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (FIFASUL, 1998); Mestrado em Educação (UCDB, 2007); Doutorado (UNESP, 2012) e Pós-doutorado (UFMG, 2013) e em Estudos Linguísticos.
	Laryssa Amaro Naumann (IFMS)	Possui graduação em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da PUC - RJ (2016).
Segurança Alimentar e Vigilância	Felícia Rodrigues Alves da Cunha Carvalho (Iagro)	Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (1999), graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006), especialização em Produção, Tecnologia e Higiene de Produtos de Origem Animal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e mestrado em Ciências Veterinárias, Sub-área de Medicina Veterinária Preventiva, Especialidade Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem



		Animal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009).
	Vanessa da Silva Alves Gossler (IFMS)	Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2009), mestrado em Ciência Animal pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) (2015). Doutorado em Fisiopatologia e Saúde Animal em andamento na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) (2019).
Embasamento Legal da Defesa Agropecuária	Rita de Cássia Florentino Echeverria (Iagro)	Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (1999). Possui especialização em Direito do Estado e das Relações Sociais pela Universidade Católica Dom Bosco (2003).
Educação Sanitária II	Terezinha Cléa Signorini Feldens (Iagro)	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004) e Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009).
Comunicação Aplicada	Márcio Palácios de Carvalho (IFMS)	Possui licenciatura em Letras - habilitação em Português / Espanhol (2010) pela UEMS; Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (2018) pela UFMS e Mestrado em Mestrado em Letras (2013) pela UEMS.
	Juliana Lanari de Aragão (IFMS)	Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998). Especialização em Teorias e Práticas Contemporâneas do Jornalismo (2008).
Metodologia de Pesquisa II	Azenaide Abreu Soares Vieira (IFMS)	Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (FIFASUL, 1998); Mestrado em Educação (UCDB, 2007); Doutorado (UNESP, 2012) e Pós-doutorado (UFMG, 2013) e em Estudos Linguísticos.



	Ana Carolina Monteiro Motta (IFMS)	Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2004). Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em Zootecnia na área de concentração em Produção Animal pela Universidade Estadual de Maringá.
Tecnologia e Informação	Márcio Palácios de Carvalho (IFMS)	Possui licenciatura em Letras - habilitação em Português / Espanhol (2010) pela UEMS; Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (2018) pela UFMS e Mestrado em Mestrado em Letras (2013) pela UEMS
	Juliana Lanari de Aragão (IFMS)	Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998). Especialização em Teorias e Práticas Contemporâneas do Jornalismo (2008).
Defesa Sanitária Animal	Gelson Sandoval Junior (Iagro)	Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Mato Grosso do Sul (1982); Mestrado profissional em Produção e Gestão agroindustrial pela UNIDERP (2016).
	Vanessa da Silva Alves Gossler (IFMS)	Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2009), mestrado em Ciência Animal pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) (2015). Doutorado em Fisiopatologia e Saúde Animal em andamento na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) (2019).
Defesa Sanitária Vegetal	Gisele Garcia de Sousa (Iagro)	Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1987), mestrado em Agronomia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2009) e doutorado em Agronomia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2013).



	Luiz Henrique Costa Mota (IFMS)	Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual de Montes Claros (2010). Mestrado (2013) e Doutorado (2017) em Ciências - Área de Concentração: Entomologia pela Universidade de São Paulo/ Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"- USP/ESALQ.
Projetos em Educação Sanitária	Terezinha Cléa Signorini Feldens (Iagro)	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004) e Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009).
<i>Media Training</i>	Márcio Palácios de Carvalho (IFMS)	Possui licenciatura em Letras - habilitação em Português / Espanhol (2010) pela UEMS; Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (2018) pela UFMS e Mestrado em Letras (2013) pela UEMS.
	Juliana Lanari de Aragão (IFMS)	Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998). Especialização em Teorias e Práticas Contemporâneas do Jornalismo (2008).

7.2 EQUIPE ADMINISTRATIVA

Diretor Geral: Claudio Zarate Sanavria.

Diretora de Ensino: Valdinéia Garcia da Silva.

Coordenadora: Ana Carolina Monteiro Motta.

Coordenador de Gestão Acadêmica: Juliano Ferreira dos Santos Silva.

7.3 APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO



7.3.1 Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (NUGED)

O Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (NUGED) é um núcleo subordinado à Direção Geral (DIRGE) do *campus*, responsável pela assessoria técnica especializada. Se caracterizando como uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo principal implementar ações que promovam o desenvolvimento escolar e institucional com eficiência, eficácia e efetividade.

Atende as demandas institucionais de acordo com as atribuições específicas de cada servidor que compõe o núcleo, acompanhando os estudantes e demais servidores a identificar as dificuldades inerentes aos processos da instituição, assim como os aspectos biopsicossociais que interfiram no desenvolvimento pessoal e institucional.

As ações da Equipe Pedagógica, formada por Pedagogas (os) e Técnicas(os) em Assuntos Educacionais, estão relacionadas à formação continuada, promoção e divulgação de atividades pedagógicas, análise dos resultados da avaliação do docente pelo estudante, orientação na implementação de ações de melhoria dos processos e das práticas docentes, visando aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

A Política de Assistência Estudantil, implementada pela (o) Assistente Social, têm como objetivo, por meio da disponibilização de auxílios, incentivar o estudante em sua formação educacional e reduzir os índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica, permitindo sua permanência na instituição.

O Atendimento Psicossocial, feito pela (o) Psicóloga (o), realiza o monitoramento da comunidade escolar visando conhecer as dificuldades inerentes ao processo educativo, assim como, os aspectos biopsicossociais que impactam na aprendizagem. Além disso, orienta, encaminha e acompanha estudantes visando a resolução dos problemas observados. Tem um papel de suma importância nas atividades e projetos visando prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam prejudicar o desenvolvimento das potencialidades da comunidade escolar.

A Assistência à Saúde, onde atua a (o) Enfermeira(o), é responsável pelo atendimento estudantil, de forma individual e coletiva, com ênfase em ações preventivas. Deve oferecer



suporte para assistência de urgências, realizar procedimentos de enfermagem e encaminhamentos para rede de saúde.

7.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) possui natureza consultiva e executiva que tem por finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas, promover a cultura de convivência, respeito à diferença e buscar a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como uma diretriz da instituição.

O núcleo visa à implantação de ações de educação inclusiva, auxiliando na aprendizagem do estudante e na garantia do acesso e permanência na Instituição. Para isso realiza o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos, quando necessário. O atendimento é realizado quando é identificada a necessidade, seja por descrição no ato da matrícula, demanda espontânea ou encaminhamento docente.

7.3.3 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) possui natureza propositiva e consultiva voltada para o direcionamento de estudos, pesquisas e extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais.

Sua formação apresenta representantes técnico-administrativo, docente, discente e da comunidade externa. Tem por finalidade contribuir, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, na implementação da Lei nº 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e fortalecimento da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.

Dentre os objetivos deste núcleo está o estímulo do desenvolvimento de ações educativas que divulguem a influência e a importância da cultura negra e indígena na formação



do povo brasileiro e suas repercussões no âmbito do país, do estado, da região e do município e de ações de integração dos estudantes do IFMS e de escolas das redes pública e privada em comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades e aldeias indígenas urbanas e em terras indígenas, com o intuito de realização de atividades voltadas para as questões étnico-raciais envolvendo negros e indígenas.

7.3.4 Central de Relacionamento

A Central de Relacionamento (Cerel) é um órgão de apoio às atividades de ensino. Está subordinada à Coordenação de Gestão Acadêmica e tem por atribuição operacionalizar os atos relacionados ao registro acadêmico dos estudantes, desde o momento em que ingressam na instituição até a conclusão do curso.

8. AVALIAÇÃO

8.1 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Especialização em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária conta com um processo de avaliação interna que visa, a partir de informações sistematizadas, monitorar o desenvolvimento do curso de maneira a subsidiar melhorias nas práticas de ensino, aprimorando a qualidade do curso.

Os dados são obtidos por meio da Avaliação do Docente pelo Discente (ADD) e da autoavaliação institucional do IFMS, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que permeiam questões acerca do curso, clima organizacional, processo ensino- aprendizagem, da metodologia de ensino, da relação discente-docente, infraestrutura, avaliação de desempenho de servidores técnicos e chefia.

A Avaliação do Docente pelo Discente (ADD) ocorre semestralmente, através de questionário on-line, e permite que o estudante avalie todos os docentes, de cada unidade curricular que estão atuando naquele semestre. Visa levantar um diagnóstico das práticas pedagógicas, posturas pessoais e valores culturais, possibilitando o planejamento e implementação de ações visando suprir possíveis fragilidades e consolidar pontos fortes do



ensino.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem como objetivo entender e identificar a demanda local para que sejam propostas pela gestão, melhorias da qualidade da educação, expansão de sua oferta, o aumento permanente da eficácia nos âmbitos acadêmicos e social em todos os seus níveis e modalidades, contribuindo com as atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, como a Especialização busca atender a uma perspectiva dialógica, pressupõe que trocas sistemáticas podem ocorrer entre todos os sujeitos envolvidos no processo com a finalidade de aprimoramento das diretrizes, metodologias e práticas decorrentes do processo de ensino e aprendizagem.

8.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá avaliação de rendimento e apuração da assiduidade. A avaliação do rendimento será expressa em notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) e levará em consideração as avaliações propostas nos planos de ensino de cada unidade curricular e deverão ser realizadas presencialmente.

No processo de avaliação de aprendizagem poderão ser utilizados diversos instrumentos que possibilitem análise do desempenho do (a) estudante, tais como:

- I. Produções multidisciplinares, envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. Atividades práticas de laboratório e de campo;
- III. Produções científicas (Artigos/Produção Técnica) e culturais;
- IV. Apresentação e/ou desenvolvimento de projetos;
- V. Relatórios técnicos, dentre outros;
- VI. Resolução de problemas e exercícios;
- VII. Provas orais e escritas;
- VIII. Atividades em grupos e/ou individuais;
- IX. Autoavaliação;
- X. Análise do desenvolvimento integral do (da) estudante no período letivo;



- XI. Produção de portfólio;
- XII. Outros instrumentos a critério do (a) professor (a).

O processo de avaliação de cada módulo, assim como os seus instrumentos, deve ser planejado e informado de maneira expressa e clara ao estudante, por meio do Plano de Ensino, no início de cada módulo, considerando possíveis ajustes.

Os instrumentos de avaliação, bem como os valores atribuídos a cada um deles deverão ser divulgados pelo (a) professor (a) no início do respectivo módulo.

Será considerado aprovado, quanto ao rendimento, o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), no conjunto das avaliações previstas para a unidade curricular desenvolvida. Será considerado aprovado, quanto à assiduidade, o estudante com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada uma das unidades curriculares desenvolvidas.

A recuperação da nota e da aprendizagem será processual e a metodologia deverá ser especificada no plano de ensino de cada unidade curricular. O estudante que não obtiver nota ou frequência mínima para a aprovação, poderá realizar a unidade curricular posteriormente, condicionada a nova oferta do curso. A oferta do curso se dará no interesse da administração.

8.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Caso o estudante tenha cursado e concluído com aprovação unidades curriculares em outros cursos de pós-graduação, poderá solicitar o aproveitamento desses estudos (equivalência ou convalidação de unidade curricular cursada anteriormente). As solicitações de equivalência ou convalidação de unidade curricular serão analisadas pelo Coordenador da Especialização em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária e homologadas pelo Colegiado do Curso.

Para que as solicitações de equivalência sejam deferidas, a unidade curricular cursada deverá atender aos seguintes critérios:

- Ter 70% de similaridade de conteúdo com e carga horária igual ou superior à unidade curricular com a qual se pleiteia a equivalência;
- Ter sido cursada nos cinco anos anteriores à data da solicitação de equivalência;
- A equivalência de unidades curriculares não poderá ultrapassar 30% (trinta



por cento) da carga horária total do Curso de Especialização Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária.

9. INFRAESTRUTURA

9.1 INSTALAÇÕES IAGRO - SEDE

O curso será oferecido na sede própria da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - Iagro que conta com um auditório e laboratórios que possuem infraestruturas adequadas para o desenvolvimento das atividades do curso.

QUADRO 01. Estrutura geral disponível em 2019 no Iagro - Sede.

Dependências	Quantidade
Auditório	01
Depósito	01
Sanitários	02
Sala de aula	01
Cozinha	01

A estrutura disponível para a realização do curso no Iagro - Sede está representada conforme o croqui apresentado na figura 2.

A sala de aula é dotada de vinte e três mesas e cadeiras e lousa verde. Além disso, os professores têm à disposição projetores multimídia para utilização em sala de aula e computadores interativos, ambos em número satisfatório. O auditório possui 131 cadeiras com apoio para escrita, com disponibilidade de computador com projetor multimídia, quadro branco, *flip chart*, e equipamento de áudio com microfone.

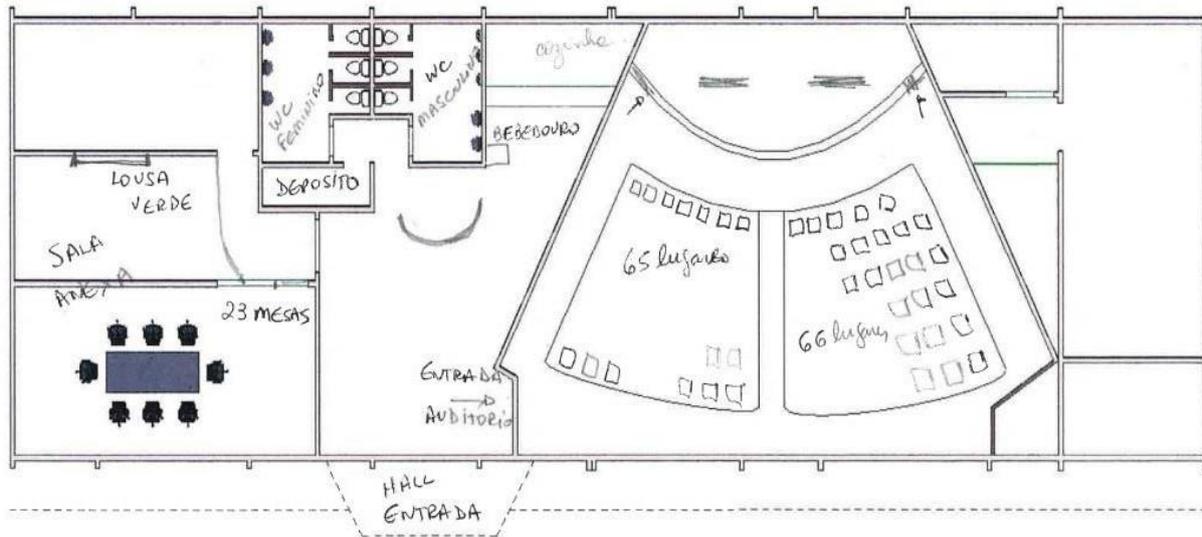


Figura 2: Croqui representando a infra-estrutura disponível para realização do curso de especialização na Iagro - Sede. FONTE: Iagro, 2019.

LABORATÓRIOS DISPONÍVEIS - IAGRO

A Iagro possui três laboratórios e uma divisão de classificação vegetal:

1º) Laboratório de Diagnóstico de Doenças Animais e Análises de Alimentos - LADDAN integra a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul – Iagro/ Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO.

O LADDAN/Iagro tem como principal finalidade o apoio laboratorial às atividades de inspeção de produtos de origem animal e defesa sanitária estadual, juntamente com os programas sanitários oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizando diagnósticos importantes, como: raiva, botulismo e leptospirose, assim como, as análises fiscais microbiológicas e físico-químicas de produtos lácteos, cárneos, apícola, ovos e derivados.

2º) Laboratório de Sementes (LASO) é subordinado à Gerência de Laboratórios e Certificação (GLC). É composta por duas unidades:

- Laboratório Oficial de Análise de Sementes (LASO) Campo Grande, situado na Unidade Central da Iagro. Escopo: Análises de Amostras de Sementes de Plantas Forrageiras.
- Laboratório Oficial de Análise de Sementes (LASO) Dourados, situado na Cidade Universitária, dentro da UFGD. Escopo: Análises de Amostra de Sementes de



Grandes Culturas.

Público alvo: atender as análises de sementes oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) oriundas da SFA/MS, análises de amostras de sementes no processo de certificação da Embrapa Agropecuária Oeste e para produtores rurais.

Análises realizadas (Análise de Pureza, Verificação de Outras Cultivares, Determinação de outras sementes por número, Teste de Germinação, Teste de Tetrazólio, Exame de Sementes Infestadas, Peso de Mil Sementes, Teste de Uniformidade, Detecção adventícia de OGM e Análise de Sementes Revestidas) para emissão de Boletim de Análise de Sementes OFICIAL; Boletim de Análise de Sementes e Informativo de Resultados.

3º) Laboratório de análise de solos e corretivos agrícolas (LABSOLOS) faz a análise através de exames laboratoriais de amostras de solo com a finalidade de determinar o teor dos nutrientes (análises químicas) fundamentais ao desenvolvimento das plantas, entre os quais pH (acidez), alumínio, cálcio, magnésio, fósforo, potássio, hidrogênio+alumínio, matéria orgânica, enxofre, boro, micronutrientes (cobre, zinco, ferro e manganês) e, também, a granulometria (quantidade de areia, argila e silte) do solo (análises físicas).

4º) Iagro/DIPOV/SETOR CLASSIFICAÇÃO VEGETAL - DIPOV – Divisão de

Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – subordinada à Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV

Produtos credenciados para exercer a classificação:

- 21 Produtos: algodão em caroço, alho, arroz, batata, caroço de algodão, canjica de milho, cebola, farelo de soja, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, girassol, mamona, milho, milho pipoca, malte de cevada, óleo de soja, produtos amiláceos da raiz da mandioca, soja, sorgo e trigo.

Infraestrutura:

- Todos os Postos são equipados com computadores, impressoras, balanças eletrônicas, determinadores de umidade eletrônicos, paquímetros, mesas de classificação e outros insumos necessários ao desempenho dos trabalhos de classificação vegetal;



9.2 INSTALAÇÕES IFMS - *CAMPUS* NOVA ANDRADINA

Será utilizado como apoio para as aulas o *Campus* Nova Andradina, que conta com salas e laboratórios que possuem infraestruturas adequadas para o desenvolvimento das atividades do curso.

QUADRO 02. Estrutura geral disponível no IFMS *campus* Nova Andradina em 2019.

Dependências	Quantidade	m²
Salas de direção	03	118,65
Sala de coordenação	01	22,54
Sala de professores	01	85,40
Salas de aula	05	284,32
Salas de reuniões	01	22,52
Laboratorios de informatica	01	67
Laboratorio de quimica	01	67
Laboratório multidisciplinar de biologia, fitopatologia, microbiologia e entomologia	01	67
Laboratório multidisciplinar de solos e nutrição de plantas	01	150
Laboratório multidisciplinar de Climatologia e irrigação e drenagem	01	150
Laboratório de agroindustrialização	01	100
Laboratório de extensão	01	50
Laboratório de sementes/armazenamento de grãos	01	150
Laboratório de geotecnologias, topografia e desenho técnico	01	150
Laboratório de ciências humanas - Orduá	01	150
Laboratório multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Parasitologia Animal	01	150
Laboratório Multidisciplinar de Criações Alternativas	01	150
Unidade de ensino e pesquisa – UEP's (Suinocultura, Bovinocultura, Avicultura, Mecanização e Olericultura)	05	1.200



Estufa	01	150
Campo experimental	—————	30 ha
Sanitários	10	104,60
Setor de atendimento	07	168,42
Biblioteca	01	112,79
Central de relacionamento	01	22,52
Cozinha	01	12,97
Enfermaria	01	31,27
Refeitório	01	306,05

Todas as salas de aula são dotadas de, aproximadamente, quarenta carteiras e quadro de vidro. Além disso, os professores têm à disposição projetores multimídia para utilização em sala de aula e computadores interativos, ambos em número satisfatório.

Os laboratórios estão equipados com a aparelhagem básica para o funcionamento como:

- Germinadores, com regulação de temperatura e umidade;
- Estufas tipo BOD, para prover um ambiente com condições controladas;
- Estufas de secagem rápida;
- Lupas, microscópios, lâminas didáticas;
- Vidrarias variadas;
- Reagentes diversos;
- Capelas de fluxo laminar;
- Autoclave;
- Dessecadores, para controle de umidade;
- Balanças de precisão, entre outros.

O *campus* também dispõe de laboratório de informática com 35 computadores e cadeiras a disposição para estudo dos pós-graduandos.

Também dispõe de dois tratores New Holland, modelo TS7630 e TT4030 com tração dianteira auxiliar, uma grade intermediária, uma carreta com quatro rodas, uma roçadeira hidráulica e um sulcador, esparramador de calcário, semeadora a vácuo, além de veículos para



deslocamento dos servidores.

O campus de Nova Andradina está em fase de reforma e implantação dos seguintes laboratórios:

1. Fitopatologia e Microbiologia;
2. Entomologia;
3. Melhoramento de Plantas;
4. Biotecnologia e Cultura de tecidos;
5. Bromatologia;
6. Entrepasto de ovos.

9.3 BIBLIOTECA E ACERVO

O IFMS dispõe de bibliotecas físicas em todos os seus *campi*, com a finalidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o aprendizado individual e desenvolvimento social e intelectual do usuário. Para tanto, conta com espaços e instalações físicas adequadas, bibliotecários responsáveis pela catalogação, manutenção e organização do acervo. Esses profissionais estão qualificados para orientar os estudantes sobre procedimentos de pesquisa, empréstimo, normatização de trabalhos acadêmicos e demais serviços da Biblioteca. As bibliotecas de todos os *campi* poderão ser utilizadas pelos estudantes do curso de Especialização em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária.

10. FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE DO CURSO

A formação continuada do corpo docente do curso será realizada por meio de encontros pedagógicos, antes do início de cada módulo, no *campus*, envolvendo docentes e coordenação do curso.

O Coordenador do Curso no *campus*, mediante seu papel de articulador do trabalho pedagógico, atuará continuamente na formação continuada dos docentes do curso por meio do acompanhamento e debate de questões pedagógicas inerentes à informática aplicada à educação e demais questões que envolvam o trabalho docente.

10.1 EQUIPE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE



A equipe de formação continuada corresponde a setores existentes no *campus* que estão envolvidos direta ou indiretamente nas atividades da especialização lato sensu proposta, tais como o NUGED (Núcleo de Gestão Administrativa Educacional), o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas), o Colegiado do Curso, Coordenação de Gestão de Pessoas, Equipe de Apoio Pedagógico, entre outros que, em conjunto, promoverão discussões sobre o curso, propondo novidades, eventos, seminários, planos de aulas, ementas e demais atividades que contribuirão com o desenvolvimento da especialização.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

	MÊS	Carga Horária (h/a)	Unidade Curricular
Módulo I	Mês 01	22,5	Educação Sanitária I
	Mês 02	22,5	Processo Ensino-aprendizagem
	Mês 03	22,5	Agronegócio e Mercado Internacional
	Mês 04	22,5	Epidemiologia
	Mês 05	22,5	Introdução à Comunicação
	Mês 06	22,5	Metodologia de Pesquisa I
Módulo II	Mês 07	22,5	Segurança Alimentar e Vigilância
	Mês 08	22,5	Embasamento Legal da Defesa Agropecuária
	Mês 09	22,5	Educação Sanitária II
	Mês 10	22,5	Comunicação Aplicada
	Mês 11	22,5	Metodologia de Pesquisa II
Módulo III	Mês 12	22,5	Tecnologia e Informação
	Mês 13	22,5	Defesa Agropecuária Vegetal
	Mês 14	22,5	Defesa Agropecuária Animal
	Mês 15	22,5	Projetos em Educação Sanitária



	Mês 16	22,5	<i>Media Training</i>
--	--------	------	-----------------------

12.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DA ESPECIALIZAÇÃO

A Especialização está organizada de modo a promover uma formação em que o estudante desenvolva:

- uma gestão humanística pautada em princípios éticos e sustentáveis;
- capacidade de ser um agente multiplicador e inovador capaz de atuar com uma visão sistêmica da área de defesa agropecuária;
- capacidade e sensibilidade para a coleta de dados de forma generalista a serem utilizadas como ferramentas para a tomada de decisões em defesa agropecuária;
- competências para a utilização das tecnologias de informação e comunicação no uso pedagógico para orientações em educação sanitária no meio rural;
- habilidade em comunicação clara, objetiva e assertiva para promover a compreensão da informação;
- capacidade de tomada de decisões para melhor gestão sanitária do meio agropecuário.

13.CERTIFICAÇÃO

Ao estudante concluinte do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária e aprovado em todas as unidades curriculares e trabalho de conclusão de curso, conforme Regulamento do Cursos de Pós- Graduação do IFMS, será conferido o Certificado de Especialista em Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - Iagro. Divisão Regional da Iagro. Disponível em: <https://url.gratis/A21d7>. Acesso em 01 set. 2019.



BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://url.gratis/KZJqr>. Acesso em 15 mar. 2019.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio Comercial do Agronegócio: principais mercados de destino / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília: MAPA/ACS 2018. 256 p.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://url.gratis/sWXAS>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Instrução Normativa Nº 28, de 15 de maio de 2008 - Instituir o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Disponível em: <https://url.gratis/58bEK>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CNE/CES nº 01/2018 – Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <https://url.gratis/8T9ma>. Acesso em: 04 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - IBGE - cidades @. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Estatuto do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://url.gratis/01Y8Q>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: <https://url.gratis/LNWpm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <https://url.gratis/VNGlc>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <https://url.gratis/V5jsr>. Acesso em: 01 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades específicas do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <https://url.gratis/gwn3K>. Acesso em: 01 out. 2019.

NOVA ANDRADINA. Dados Cidade. Disponível em: <https://url.gratis/DUnNG>. Acesso em: 12 ago. 2019.



Rua Ceará, 972, Bairro Santa Fé – Campo Grande, MS – CEP: 79021-000
Telefone: (67) 3378-9501